

A defasagem logística do Exército Brasileiro como fator determinante nas derrotas de Canudos

Cad Int Lorenzo de Avilla Said*

Introdução

A última década do século XIX foi de grande instabilidade política, econômica e social no Brasil. Na medida em que o Império havia ruído, dando lugar à incipiente República, a nova ordem capitalista foi instaurada no território nacional sob objeções de diversos territórios do Brasil, especialmente na região Nordeste. A situação complica-se quando o presidente da província da Bahia, Luís Viana, e a Câmara Municipal de Salvador se posicionam claramente contra o governador, manifestando “fidelidade à causa da monarquia e instituições vigentes” (VILLA, 2002, p. 25).

Ademais, a insatisfação do sertanejo, figura típica do nordeste brasileiro, resultado da miscigenação entre brancos e indígenas, cresce devido ao direito que os Estados passaram a ter de cobrar vários impostos inéditos sob a face da Nova República. Nesse contexto, ele se sentia à margem do progresso da atual ordem política e econômica, passando a utilizar, então, a religião como subterfúgio. Além disso, a linguagem religiosa lhe confere os instrumentos para elaborar a construção de um projeto alternativo ao da classe dominante (VILLA, 2002, p. 29).

Sob essa ótica religiosa, Antônio Vicente Mendes Maciel, o “Conselheiro”, fundou, na região norte do Estado da Bahia, o Arraial de Belo Monte, conhecido popularmente como Canudos, no ano de 1893. Essa região era uma fazenda abandonada, cercada pela vegetação de Caatinga, dominada pelo clima semiárido e solo pedregoso. Os primeiros habitantes foram pessoas próximas a Antônio Conselheiro, mas logo surge um intenso fluxo migratório de sertanejos em direção a Canudos. Tal migração decorre da seca e da “exploração da República e das oligarquias” (VILLA, 2002, p. 28).

Então, em 1896, surgem boatos de que Conselheiro iria invadir a cidade de Juazeiro para saqueá-la. Em resposta, o governador da Bahia pede ajuda ao Exército Brasileiro para desmembrar o Arraial de Belo Monte, iniciando uma das maiores campanhas militares internas da história do Brasil, a Campanha de Canudos.

Assim, é oportuno entender quais foram os problemas logísticos que o Exército Brasileiro enfrentou nas quatro expedições a Canudos e as soluções encontradas pelo comando da força legalista, bem como salientar as lições aprendidas e a importância da organização logística no combate, levando em consideração o fato de que as adversidades fizeram com que a tropa inimiga conseguisse resistir, por quase um ano de guerra, às investidas de uma força mais equipada, mais bem armada, mais numerosa e mais bem treinada.

A logística dentro da Campanha de Canudos

Em primeiro plano, foi observada, durante toda a Campanha de Canudos (12 nov 1896-5 out 1897), a falta de uma logística pensada, desde os tempos de paz, que pudesse atender prontamente a demanda da tropa. De acordo com o *Manual de Campanha Logística Militar Terrestre*,

A logística tem papel fundamental para o sucesso das operações militares. Deve ser planejada e executada desde o tempo de paz, estar sincronizada com as ações planejadas e assegurar que os recursos sejam disponibilizados a todos os níveis apoiados. (BRASIL, 2018, p. 1.1)

* Cad do 4º ano do curso de intendência da AMAN (ingressou na EsPCEEx em 2019 e na AMAN em 2020, escolhendo o curso de intendência em 2021)

Percebe-se que, a partir de novembro de 1896, quando a primeira expedição, liderada pelo tenente Pires Ferreira, parte para o sertão nordestino e enfrenta os rebeldes em Uauá, não há uma cadeia logística eficiente entre a base de apoio logístico e a tropa apoiada. Essa situação precária persiste até a entrada na guerra do marechal Carlos Machado Bittencourt, em agosto de 1897. Um ponto em comum se destaca em todas as frustradas tentativas de conter o foco insurrecional que irradiava de Canudos: a sustentação da tropa enviada para o sertão. Nenhuma das expedições dispunha de uma adequada cauda logística para fazer frente à ameaça (VALENTE, 2019, p. 15).

Função logística suprimento na Guerra de Canudos

A função logística *suprimento* é definida, de acordo com o *Manual de Campanha Logística Militar Terrestre*, como

o conjunto de atividades que trata da previsão e provisão de todas as classes, necessário às organizações e às forças apoiadas. Tem como atividades o levantamento das necessidades, a obtenção e a distribuição. (BRASIL, 2018, p. 3.1)

Foi possível observar, a partir de dados históricos e documentos bibliográficos, uma enorme defasagem logística no que tange aos suprimentos de classe I, II e V nas quatro expedições que foram realizadas a Canudos, de acordo com a classificação militar presente no *EB70-MC-10.238*.

De acordo com o *EB70-MC-10.238*, o suprimento classe I consiste de subsistência e inclui ração animal e água; o suprimento classe II consiste de material de intendência, englobando fardamento, equipamento, móveis, utensílios, material de acampamento, material de expediente, material de escritório e publicações. Além disso, ele também inclui vestuário específico para defesa química, biológica, radiológica e nuclear (DQBRN). A última classe que será objeto de estudo nesta pesquisa será o suprimento classe V, que é composto de armamento e munição (inclusive DQBRN), incluindo foguetes, mísseis, explosivos, artificios pirotécnicos e outros produtos relacionados.

Classe I em Canudos

A primeira expedição, comandada pelo tenente Pires Ferreira, partiu de Juazeiro a Belo Monte e, após 192 quilômetros de marcha, montou acampamento no Arraial de Uauá, onde foram surpreendidos pelos conselheiristas, que forçaram a tropa a retroceder. No meio da emboscada inimiga, contudo, a Força Pública conseguiu responder ao fogo dos rebeldes, fazendo-os recuar em sua investida. Não prosseguiram mais devido, entre outros fatores, à fome da tropa, conforme consta no relato do próprio tenente Pires Ferreira:

Não levei mais longe a perseguição e mandei tocar a retirar, por constar-me achar-se um grande reforço deles um pouco adiante, e por estar a nossa gente cansada e sem alimentar-se desde a véspera. (MILTON, 2003, p. 48)

Os problemas com os suprimentos de classe I (Sup CI I) não foram mais acentuados devido à curta duração do combate, mas ficou evidente que a falta de abastecimento da base de operações até o local do combate seria um fator determinante para o insucesso de uma campanha mais demorada:

era uma longa distância, em terreno inóspito, sob o duro sol do verão. Entre aqueles dois pontos, havia apenas pequenos e miseráveis pousos e fazendas, como Lagoa do Boi, Carabinhas, Mari, Mucambo e Rancharias. (MACE-DO; MAESTRI, 2004)

Assim, conclui-se que, devido à distância entre Juazeiro e Canudos, tornar-se-ia insustentável a permanência no combate com tão poucos locais de abastecimento de Sup CI I para a tropa do tenente Pires Ferreira.

Classe II em Canudos

Os uniformes do Exército Brasileiro não eram adaptáveis ao ambiente da Caatinga, em 1896, no início da Campanha de Canudos. O termo ‘uniforme’ significa: “aquilo que tem uma só forma e cujas partes que o compõem são exatamente iguais entre si”. Uniforme militar, por sua vez, pode ser definido como: “Uniforme – vestuário e calçado padronizado que caracteriza os militares do Exército” (BRASIL, 2019). Não houve mudança no que tan-

ge ao fardamento desde a primeira expedição até a quarta expedição, fazendo os militares brasileiros sofrerem com o calor intenso, o solo pedregoso e o ar seco, características do clima semiárido:

nos primeiros dias após a Proclamação da República, os trajes dos militares brasileiros eram dotados de particularidades semelhantes às dos exércitos europeus, em especial àquelas dos uniformes utilizados em Portugal. Eram, portanto, confeccionados com tecidos incômodos, cujas cores se destacavam, além de possuírem chapéus e coberturas peculiares ao Exército Lusitano. (CUNHA, 1905)

Pode-se concluir que a Força Pública, nas quatro expedições, sofreu um impacto considerável em sua operacionalidade pelo simples fato de não adaptar o uniforme ao ambiente, dando vantagem ao jagunço no que tange ao conforto pessoal, camuflagem e mobilidade.

Classe V em Canudos

Nas quatro expedições realizadas a Canudos, cada uma teve uma particularidade no que diz respeito ao Sup Cl V. Na primeira expedição, o tenente Pires Ferreira, do 9º Batalhão de Infantaria do Exército, partiu de Juazeiro para o arraial de Belo Monte com aproximadamente 104 praças e 3 oficiais (CUNHA, 1902, p. 140). Por acreditar que seria um combate fácil, o comando da expedição não levou peças de artilharia e os militares utilizaram somente os fuzis Mannlicher e armas brancas.

Somado a isso, os fuzis utilizados na primeira expedição foram os mesmos empregados em guerras anteriores e já se apresentavam deteriorados. “Acontece ainda que essas armas, que serviram na campanha de S. Paulo e Paraná, em 1894, já se achavam bastante usadas”(MILTON, 2003, p. 44).

Quando partiu de Monte Santo em direção a Canudos, a segunda expedição, comandada pelo major Febrônio de Brito, tinha como dotação, além do armamento individual, dois canhões Krupp, três metralhadoras Nordenfelt e mais de um milhão de cartuchos, munição suficiente para matar toda a população baiana da época (MACEDO; MAESTRI, 2004).

O canhão Krupp calibre 8 era tradicionalmente uma arma do Exército Prussiano e utilizado pela primeira vez na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), sendo um dos fatores do sucesso prussiano em tal conflito, devido a seu elevado alcance, precisão e poder de fogo. Ao levar poderosas peças de artilharia visando a liquidar Canudos, o comando da expedição não considerou, porém, o peso excessivo e a precariedade dos meios de transporte, obrigando a tropa a abandonar munições e armamento em prol da mobilidade. Desse modo, a artilharia reduzia a marcha e a tropa paralisava, presa no travão daquelas massas metálicas, além de deixar também as munições, levando apenas a quantia que as praças conseguissem carregar nas patronas (CUNHA, 1905, p. 158).

Assim, no livro *Os Sertões*, o jornalista e militar Euclides da Cunha descreve que, ao aproximar-se do inimigo quase desarmada, a expedição estava fadada à derrota iminente:

abandonando novamente parte das munições, seguia como se, pobre de recursos em Queimadas, paupérrima de recursos em Monte Santo, ela fosse abastecer-se em Canudos [...] A derrota era inevitável. (CUNHA, 1905, p. 261)

Após o insucesso da segunda expedição, parte da Bahia para Queimadas o coronel Moreira César com quase 1.300 combatentes fartamente municiados, com quase 15 milhões de cartuchos e 70 tiros de artilharia e quatro canhões Krupp. Os problemas de transporte da artilharia, todavia, vivenciados na expedição anterior, que custaram extremamente caro aos que participaram da força expedicionária do major Febrônio de Brito, repetiram-se na terceira expedição. Assim, todos os erros e inexplicáveis descuidos já expostos nos desastres anteriores não foram consertados (CUNHA, 1905, p. 182). A tática do emprego da tropa continuava a consistir em um ataque frontal empregando todo o poder de fogo à frente. Para o jagunço, que sabia se camuflar e andava sem ser visto no terreno, a força exposta constituía, no entanto, alvo fácil e poderia ser batida com poucos homens. Além disso, não se cogitou escolher pontos de defesa de guarnições, que, mesmo diminutas, poderiam engajar o inimigo se houvesse uma retirada (CUNHA, 1905, p. 183).

Conclusão

Devido ao apresentado, pode-se concluir que a principal razão da derrota legalista em Canudos, até a quarta e última expedição, foram as falhas na cadeia de suprimento. Essas falhas ocorreram tanto no fluxo logístico, debilitado pelos problemas de transporte no clima desértico do sertão nordestino, como também na qualidade dos materiais que foram entregues aos soldados durante o combate,

como os armamentos, que apresentavam contínuas falhas de carregamento e disparo, as pesadas peças de artilharia, que mais atrasavam a tropa do que ajudavam efetivamente na ação, a falta de comida e água, ocasionando a perda da força moral e física, e os fardamentos não adaptados ao combate na Caatinga, que propiciavam uma vantagem dos rebeldes devido ao conforto das suas roupas, a camuflagem e adaptabilidade ao bioma.

Referências

- ARARIPE, Tristão de Alencar. **Expedições Militares contra Canudos: Seu aspecto marcial**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1985.
- BRASIL. Exército. **EB70-MC-10.238: Logística Militar Terrestre**. 1. ed. Brasília, DF, 2018.
- CUNHA, Euclides. **Canudos: Diário de uma expedição**. 3. ed. Rio de Janeiro: Laemmert e C., 1905.
- LITRENTO, Oliveiros. **Canudos: Visões e Revisões**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.
- MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. **Belo Monte: uma história da guerra de Canudos**. São Paulo: 1. ed. Editora Expressão Popular, 2004.
- MARINS, Francisco. **A guerra de Canudos**. Rio de Janeiro: Ática, 1995.
- MILTON, Aristides Augusto. **A campanha de Canudos**. Brasília, DF: Edições do Senado Federal; v. 5, 2003.
- PILLAR, Olyntho. **Os Patronos das Forças Armadas**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1981.
- VALENTE, D. F. **100 anos do serviço de intendência (1920-2020): as realizações do militar e político marechal Carlos Machado Bittencourt**. Rio de Janeiro, EsAO: Trabalho de Conclusão de Curso, 2019.
- VILLA, Marco Antonio. **Canudos, campo em chamas (1893-1897)**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2002.
- EXÉRCITO BRASILEIRO, Exército. Separata ao Boletim do Exército (BE). **Portaria nº 345, de 2 de outubro de 2019**. Aprova o Regulamento de Uniformes do Exército. Brasília, DF, 2019.